

A multidimensionalidade da insegurança alimentar sob a ótica de agentes comunitários de saúde

The multidimensionality of food insecurity from the perspective of community health workers

La multidimensionalidad de la inseguridad alimentaria desde la perspectiva de los agentes comunitarios de salud

Recebido: 26/08/2022 | Revisado: 04/09/2022 | Aceito: 07/09/2022 | Publicado: 16/09/2022

Livia Barros Marques Seullner

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5138-1232>
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
E-mail: liviabarrosmarques@gmail.com

Marcia Caetano da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7408-3273>
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
E-mail: marciaccosta@hotmail.com

Carla Corradi-Perini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9340-8704>
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
E-mail: carla.corradi@pucpr.br

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação de mestrado consequente de estudo empírico realizado em um município do sudeste brasileiro. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trinta e cinco Agentes Comunitários de Saúde (ACS). O objetivo foi investigar a multidimensionalidade da insegurança alimentar sob a ótica dos ACS. Os relatos foram transcritos e seguiram a lógica da análise de conteúdo proposta por Bardin, além da utilização do software Max-*qda*. Os resultados foram apresentados através de duas categorias: (1) percepções sobre as dificuldades ou facilidades de acesso aos alimentos e (2) complexidade e multidimensionalidade da insegurança alimentar. Os discursos expuseram situações de vulnerabilidades, injustiças e dificuldades vivenciadas pelos habitantes locais que influenciam diretamente na manutenção da insegurança alimentar. A Bioética mostrou-se um campo teórico-prático capaz de corresponder à complexidade da insegurança alimentar dado a amplitude de fatores determinantes e resultantes que abarcaram o cenário do acesso aos alimentos.

Palavras-chave: Bioética; Fome; Pobreza; Segurança alimentar e nutricional.

Abstract

This article presents part of the results of a subsequent master's thesis of an empirical study in a city of the Brazilian southeastern. Were conducted interviews with thirty-five Community Health Agents. The objective was to investigate the possible meanings of food insecurity from the perspective of Community Health Agents. The reports were transcribed and followed the content analysis proposed by Bardin, besides the use of data analysis Max-QDA software. The results were presented by two categories: (1) perceptions about the difficulty or ease of access to food; (2) complexity and multidimensionality of food insecurity. The speeches exposed vulnerabilities situations, injustices and difficulties experienced by local population that directly influence the maintenance of food insecurity. Bioethics proved to be a theoretical-practical field able to match the complexity of insecurity given the range of determinants and resulting factors that encompassed the stage of access to food.

Keywords: Bioethics; Hunger; Food and nutrition security; Poverty.

Resumen

Este artículo presenta parte de los resultados de una tesis de maestría resultante de un estudio empírico realizado en un municipio del sureste de Brasil. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con treinta y cinco Agentes Comunitarios de Salud. El objetivo fue investigar la multidimensionalidad de la inseguridad alimentaria desde la perspectiva de la ACS. Los informes fueron transcritos y siguieron la lógica de análisis de contenido propuesta por Bardin, además del uso del software Max-*qda*. Los resultados se presentaron a través de dos categorías: (1) percepciones sobre las dificultades o facilidad de acceso a los alimentos y (2) la complejidad y multidimensionalidad de la inseguridad alimentaria. Los discursos expusieron situaciones de vulnerabilidad, injusticia y dificultades que viven los habitantes locales que inciden directamente en el mantenimiento de la inseguridad alimentaria. La bioética demostró ser un

campo teórico-prático capaz de responder a la complejidad de la inseguridad alimentaria, dada la amplitud de condicionantes y resultantes que englobaron el escenario del acceso a los alimentos.

Palabras clave: Bioética; Hambre; Pobreza; Seguridad alimentaria y nutricional.

1. Introdução

O conceito de segurança alimentar e nutricional tem sido empregado de modo mais recorrente a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006 e diz da operação do direito ao acesso regular e permanente à alimentação adequada e em quantidade suficiente, sem que seja comprometido o acesso às demais necessidades essenciais, que sejam respeitadas as diversidades culturais e sejam sustentáveis nos âmbitos ambiental, social, cultural e econômico (Brasil, 2006).

Neste sentido, a Insegurança Alimentar Natural (IAN) é entendida como a privação de acesso à alimentação adequada. No Brasil, a IAN é medida a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que qualifica os aspectos da segurança alimentar e nutricional a partir da percepção e experiência com a fome de uma população (Brasil, 2014).

Estima-se que 12% da população mundial estava em situação de grave insegurança alimentar no ano de 2020 (FAO, 2020), dado que comprova a insegurança alimentar e a pobreza como problemas persistentes, parte de um cenário abarcado por injustiças e violações de direitos humanos (Carvalho, 2013; Garrafa, 2005, 2012; Hossne, 2009; UNESCO, 2005).

Além das discrepâncias sociais, o desperdício de alimentos é mais uma contradição em um mundo onde ainda existem casos de fome. Avalia-se que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos (um terço da produção mundial) são desperdiçadas no mundo. Na atualidade, o Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam alimentos no mundo, com números que chegam em torno de 35% da produção anual (FAO, 2015).

Nos últimos anos várias medidas contribuíram com a inserção social e o decréscimo de parte dos níveis da pobreza e da fome no Brasil, objetivos alcançados devido à soma de esforços provenientes de políticas e programas governamentais de inclusão social e transferência de renda (FAO, 2015; IBGE, 2014). Dentre os diversos departamentos podemos citar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) engajada com a defesa do direito à alimentação e o Programa Bolsa Família, apontado em diversos estudos como ferramenta influente na superação de níveis de pobreza e insegurança alimentar (M. J. Cabral et al., 2013; Camelo et al., 2009; CONSEA, 2010; Cotta et al., 2006; FAO, 2015).

Todavia, como retratado em 2013 na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), que apresentou como método de investigação a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), ao somar os três níveis (leve, moderado e grave) de Insegurança Alimentar (IA) obteve-se um decréscimo de 17,7% comparado ao ano de 2009. Porém, mesmo com um perceptível progresso, a somatória dos três níveis de IA ainda marcou presença em 22,6% das residências pesquisadas no ano de 2013, o que representa 14,7 milhões de domicílios em situação de Insegurança Alimentar, desses, 2,1 milhões (3,2%) foram classificados com Insegurança Alimentar Grave (IAG), confirmando a permanência da fome no país (IBGE, 2014). Em pesquisa mais recente, observou-se que um quinto das famílias que residiam em domicílios urbanos e rurais se encontrava em insegurança alimentar moderada ou grave em 2018 (Valadares, 2022).

No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganha destaque após sua definição afirmada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006. A partir de então, a realização da SAN torna-se dependente de dois parâmetros principais: o primeiro que expõe o direito de todos ao acesso permanente aos alimentos e o segundo que se preocupa com a temática da qualidade e quantidade de alimentos, as quais devem ser suficientes e correspondentes às necessidades de cada indivíduo. Neste artigo, daremos ênfase ao âmbito das dificuldades relacionadas ao acesso dos alimentos, pretendendo incorporar à discussão parâmetros locais que estejam diretamente relacionados à manutenção de casos de insegurança alimentar.

Na ausência de soluções prontas e adequadas a todas as realidades, para que alcancemos ações prudentes e justas

devemos nos aproximar de fatos, necessidade, concepções particulares, aspectos sociais e culturais dos indivíduos, pretendendo deste modo, compreender e propor meios de atuação com base nas perspectivas e desafios locais (Garrafa, 2005; I. L. Santos et al., 2014). Nesse seguimento, a Bioética como ética prática preocupada com a sobrevivência humana digna, com os desprotegidos, lutando contra injustiças, iniquidades, vulnerabilidades sociais, saúde, não pode ficar alheia à complexidade que envolve a temática da escassez de alimentos (Carvalho, 2013; Garrafa, 2005, 2012; Hossne, 2009; Junges & Zoboli, 2012; UNESCO, 2005).

Este artigo apresenta como objetivo investigar a multidimensionalidade da (in)segurança alimentar sob a ótica de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de um pequeno município localizado no sudeste do Brasil..

2. Metodologia

Este artigo expõe parte dos resultados de uma dissertação de Mestrado decorrente de um estudo descritivo e exploratório, transversal e de abordagem quali-quantitativa realizado após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná sob parecer de nº 992.583/15.

A pesquisa aconteceu em um município da região sudeste do Brasil que abrange uma área total de 699,57km². Até o último censo de 2010, o município possuía 18.269 habitantes (Portal ODM, 2010), com estimativa de 15.984 no ano de 2021 (IBGE, 2012). De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no período de coleta de dados da pesquisa, a cidade ocupava a última posição (645º) em seu ranking estadual. A extrema pobreza incorpora 11,88% de sua população e, até o ano de 2010, 3.518 famílias estavam inscritas no Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico) (Brasil, 2010). A insegurança alimentar é uma realidade nessa população. Em estudo anterior deste grupo de pesquisa realizado nesse município, em que foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em 298 mulheres titulares de um programa de transferência de renda, foram encontrados os seguintes índices de insegurança alimentar (IA): 58,1% (n=173) de IA leve; 16,4% (n=49) de IA moderada, e 8,1% (n=24) de IA grave (Orsatto et al., 2020).

O município pesquisado possui cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS), compreendendo cinco Estratégias de Saúde da Família (ESF), que serão aqui denominadas: ESF1, ESF2, ESF3 E ESF4 e ESF5. A coleta de dados ocorreu mediante entrevistas semiestruturadas individuais com 35 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), após o aceite de participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada auxilia na descrição dos fenômenos sociais em sua totalidade.

Os dados foram analisados seguindo a lógica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), utilizando-se o programa Max-*qda*®. Na pré-análise houve a transcrição das entrevistas gravadas. A definição das categorias ocorreu previamente à pesquisa de campo, isto porque os elementos foram distribuídos em temáticas pré-determinadas, designado procedimento por “caixas”, que dispõem ao analista, de antemão, os campos que deverão ser preenchidos por meio das informações (Bardin, 2016).

3. Resultados

Do total de 40 ACS do município, distribuídos nas cinco UBS, quatro foram desligados do cargo e um afastado por tempo indeterminado, fazendo parte do estudo 35 ACS ativos no município, dos quais 87,09% eram do sexo feminino (Tabela 1).

Tabela 1. Características dos Agentes Comunitários de Saúde participantes da pesquisa.

	n	%
Gênero		
Masculino	4	13
Feminino	31	87
Idade		
20 a 29 anos	12	34
30 a 39 anos	10	29
>40 anos	13	37
<i>Idade (anos: M±DP) 35±9,20</i>		
Escolaridade		
Ensino fundamental	2	6
Ensino médio	25	71
Curso técnico	2	6
Ensino superior incompleto	3	9
Ensino superior completo	3	9
Tempo de trabalho (anos)		
1 a 3	9	26
4 a 6	11	31
7 a 9	4	11
13 a 15	5	14
15 a 18	6	31
<i>Tempo de trabalho (anos: M±DP) 8±5,44</i>		

Fonte: Autores.

A proporção entre gênero masculino e feminino diminui na ESF2, porém, as mulheres ainda continuam em maioria, dado também encontrado em outras pesquisas envolvendo ACS (Cotta et al., 2006; Ferraz & Aerts, 2005; Silva & Menezes, 2008).

Foi possível evidenciar a correlação negativa entre a idade e escolaridade ($R = -0,336$; $p = 0,048$) dos participantes desse estudo, isso significa que os mais velhos possuem níveis de escolaridade inferior, enquanto os mais novos apresentam mais anos dedicados aos estudos.

As falas dos entrevistados foram classificadas em duas grandes categorias temáticas, sendo a primeira Percepções, sentimentos e ações no âmbito das dificuldades de acesso aos alimentos na visão dos ACS e a segunda categoria nomeada Complexidade e multidimensionalidade da insegurança alimentar. A partir desta categorização, os conteúdos foram organizados em três núcleos de sentido para cada uma das temáticas que foram discutidas individualmente em seguida.

Os relatos referentes às dificuldades que envolvem o acesso aos alimentos foram reunidos na primeira categoria, enquanto os discursos acerca da complexidade da insegurança alimentar apresentam-se agrupados na segunda categoria do quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1. Categorias e núcleos resultantes da análise de conteúdo frente às percepções, dificuldades e contextos acerca da (in)segurança alimentar a partir dos discursos de agentes comunitários de saúde.

Categoria: Percepções, sentimentos e ações no âmbito das dificuldades de acesso aos alimentos na visão dos ACS	
Núcleos de sentido	Exemplos de relatos que originaram o respectivo núcleo
Dificuldades de acesso aos alimentos relacionada ao distanciamento da cultura de subsistência somada às aspirações da lucratividade de mercado	<i>[...] nas quitandas, a gente encontra de tudo hoje, só que existe o problema [...] é a questão financeira, a pessoa não tem o salário suficiente para comprar [...] (ACS5e)</i> <i>O forte da turma é plantar tomate, então quando é tempo de lavoura aí tem né (trabalho), aí dá um tempo de seis meses acaba tudo, deu seis meses, fica sem cheque[I](sem salário) (ACS5d).</i> <i>[...] Às vezes tem quintal lá pra plantar verdura, mas nem isso eles plantam (ACS5c).</i> <i>Que nem os tomateiros, que plantam tomate, eles não têm tempo de fazer uma horta. Não têm como, não é deles, é do patrão [...] (ACS4a)</i>
Casos de escassez de alimentos existentes no município: realidades e percepções a partir da vivência dos ACS	<i>Eu falei assim: viu, a senhora tem comida para hoje? Tenho. Para amanhã? Não tem mais (ACS4b).</i> <i>Ele fala que não come quase. Daí ele 'trabalha dado'. Os vizinhos relatam que ele passa fome [...] (ACS1e).</i> <i>Esses dias ela ficou doente lá, não tinha o que comer [...] (ACS5c).</i>
Compadecimento e solidariedade advindos da comunidade como meio de combate às dificuldades de acesso aos alimentos	<i>[...] não tinha o que comer, então, fui conversar com ela. Quando eu posso dar uma cesta básica, eu dou, mas uma vez só, eu não posso ficar dando alimentos todos os meses para ela, porque a gente tem a família da gente (ACS5c)</i> <i>[...] eu fico triste quando eu vejo pessoas passando fome. Eu fico triste mesmo. Às vezes você fica de mãos atadas (ACS1b).</i> <i>[...] A comunidade é muito unida aqui, sempre que tem uma família que está passando por qualquer dificuldade, quando a assistência ou alguém não ajuda, a própria comunidade faz uma cesta básica e leva até o local. É assim, muito rápido [...] (ACS2c).</i>
Categoria: Complexidade e multidimensionalidade da insegurança alimentar	
Manobras realizadas pela população em busca a efetivação do acesso aos alimentos	<i>Às vezes eles têm mania [...] de pedir aqueles restos do açougue. Após tirar toda a carne fica só o osso [...] (ACS4b).</i> <i>[...] Às vezes ela pega alguma peça de roupa que dão pra ela, ela troca a troca de pão, mortadela, alguma coisa assim que ela, que a menina dela esteja querendo (ACS5c)</i>
Constrangimentos da população frente situações de escassez de alimentos	<i>Temos que ter muita cautela para que a integridade das pessoas seja respeitada. Através de uma conversa gentil, as famílias expõem suas realidades e aceitam ajuda (ACS5e).</i> <i>[...] Às vezes nos deparamos com crianças desnutridas, mas as pessoas não reclamam [...] Eles ficam quietos, têm vergonha de falar</i> <i>[...] por isso que fica difícil, não é? A gente não sabe como ajudar (ACS2d).</i>
Contextos familiares diretamente influentes na permanência da insegurança alimentar	<i>Aqui o pessoal é assim, eles mexem com drogas. A vila que eu trabalho, mexe com drogas. Então às vezes eles não trabalham, sobrevivem do Bolsa Família e daí cento e trinta e dois reais convenhamos que né, é uma miséria (ACS4b).</i> <i>[...] dos filhos que ela teve, três ela já deu. Só que a família é complicada desde a adolescência, ela não tem pais, porque o pai matou a mãe e depois ele se matou (ACS4d).</i> <i>No caso o marido dela tem problema na cabeça e só ela que trabalha. E tem dia assim, que ele não deixa ela sair para trabalhar. [...] Ela tem um pouco de medo do marido dela. (ACS5n).</i>

Fonte: Autores.

4. Discussão

O cenário da dificuldade de acesso aos alimentos é um problema persistente na região pesquisada, fato que foi trazido repetidas vezes nos discursos dos participantes. Hoffmann (1995) em seu artigo “Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil” já afirmava que o poder aquisitivo das populações é um dos determinantes para o acesso aos alimentos, portanto, famílias com rendimentos baixos possivelmente fazem parte do cenário da insegurança alimentar do país, conseqüente da instabilidade de aquisição de alimentos, associação confirmada nos anos de 2004, 2009 e 2013 pelos resultados da Pesquisa

Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), pela Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2018 (IBGE, 2021) e, reafirmada nesta pesquisa através dos relatos dos entrevistados.

4.1 Percepções, sentimentos e ações no âmbito das dificuldades de acesso aos alimentos na visão dos ACS

Para os entrevistados muitas são as dificuldades enfrentadas no trabalho que se relacionam intimamente às dificuldades comunitárias de acesso à alimentação. Tal cenário relaciona-se de modo direto à realidade sociopolítica da cidade, visto que se configura como um espaço no qual uma parcela significativa de seus habitantes vive em situação de extrema pobreza (Brasil, 2010) e tal situação não é passível de reversão rápida, levando em consideração que a estruturação das políticas públicas para combate à fome tem sofrido abalo pelo cenário que tem se desenhado principalmente em virtude da pandemia (Lemos et al., 2022; Moura et al., 2021; Rodrigues & Landim, 2022).

4.1.1 Dificuldades de acesso aos alimentos relacionada ao distanciamento da cultura de subsistência somada às aspirações da lucratividade de mercado

É fato que as poucas opções de empregos dificultam o progresso da população do local estudado. Durante a época do plantio e colheita dos tomates, o município apresenta relativa estabilidade, todavia, o período que vai da plantação à colheita dura apenas seis meses do ano, sendo assim, no período restante a população tenta se manter com outros trabalhos provisórios, e muitas vezes não recebem um retorno financeiro suficiente para o sustento.

A agricultura familiar como meio de raízes, subsistência, sobrevivência e desenvolvimento, parece ter perdido lugar para a um sistema de agricultura que atende a interesses do mercado, o que acaba ocasionando baixa oferta de emprego e as consequências diretas e indiretas deste processo. A visão extrativista da natureza se desenvolve principalmente através da monocultura, do agronegócio exportador e da exploração de recursos, sempre em vistas ao lucro. Desse modo, este processo expulsa pequenos agricultores de suas terras, gera conflitos sociais, destruições, expõe bairros e populações à toxicidade, de maneira geral influi de maneira pejorativa na sustentabilidade, na ecologia social ao mesmo tempo em que exacerba a pobreza (Junges & Selli, 2008).

Hoje no Brasil, o agronegócio ocupa uma área cultivada de 64,6 milhões de hectares, sendo o 5º país com maior área de cultivo do planeta (ABAGRP, 2022). Entretanto, neste contexto, nem sempre a divisão dos resultados de toda essa produção retorna ao trabalhador rural, trazendo a desigualdade como foco também das relações de trabalho nessas áreas. A busca intensificada pela produtividade e lucratividade faz com que muitas vezes os trabalhadores sejam explorados, outros substituídos por máquinas, ao mesmo tempo em que as contradições sociopolíticas e econômicas do país se intensificam (Cabral, 2011; Porto & Garrafa, 2005) fatores que não fazem da miséria um fato, mas, um estado decorrente de diversos determinantes (CONSEA, 2010).

Nesse sentido, estimular alternativas à monocultura, o agronegócio e o capitalismo, parece ser crucial para que populações em situação de pobreza e insegurança alimentar alcancem o acesso ao alimento de maneira efetiva, por meio da produção do próprio alimento, do estímulo à agricultura familiar. De acordo com Junges (2014, p. 17):

Essa visão da natureza como *oikos* da sobrevivência, típica do ecologismo popular, e a consequente concepção do ambiente como lugar de reprodução social da vida, pelo qual luta a justiça ambiental, são as bases para propor uma necessária compreensão ecossistêmica da saúde, na qual qualidade de vida depende essencialmente de um ambiente saudável.

Embora marcados por disparidades sociais e subdesenvolvimento, os países da América Latina possuem vasta exuberância natural. Nesse sentido, conjugar a proteção ambiental e a justiça social parece ser um compromisso urgente no permear da sustentabilidade socioambiental e, portanto, da sobrevivência humana, aproximando-se da concepção da saúde

socialmente produzida. Esta visão só será conduzida através da integração entre saúde e meio ambiente, o que Junges (2014) considera como assunto peremptório à agenda bioética: “Somente uma ecologia social, que consiga integrar natureza e sociedade, ambiente e cultura, poderá responder aos desafios ecológicos atuais de conjugar preservação ambiental e justiça social” (p.17).

As concepções defendidas por Junges (2014) assemelham-se ao conceito de soberania alimentar indissociável à tônica da SAN:

A Soberania Alimentar se refere ao direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e de produzir alimentos saudáveis e culturalmente adequados, acessíveis, de forma sustentável e ecológica, colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências de mercado (Brasil, 2012, p. 24).

A definição de ecologia social ao apresentar comunhão com a descrição de soberania alimentar desponta perspectivas bioéticas no âmbito da SAN, e por assim torna a bioética sua aliada.

Mediante os achados é possível constatar a permanência do estado de vulnerabilidade social presente na vida de parte da população estudada, situação concomitante às diversas frustrações e sequelas da instabilidade econômica (Porto & Garrafa, 2005). Nesse permear, a Bioética torna-se uma indispensável aliada na luta em defesa dos direitos humanos e contra vulnerabilidades evitáveis, como as relacionadas à ausência ou dificuldades de emprego e alimentos (Burity et al., 2010).

4.1.2 Casos de escassez de alimentos existentes no município: realidades e percepções a partir da vivência dos ACS

Dos trinta e cinco participantes da pesquisa, 24 narraram um ou mais casos de fome ou escassez de alimentos, totalizando 34 casos ao longo da realização das entrevistas, tal resultado reforça a reflexão acerca da permanência da insegurança alimentar no país, conforme levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo que aponta que um a cada quatro brasileiros relata não dispor de alimentos suficientes para as refeições (Balthazar, 2022).

Dentro dos relatos foi possível observar que a fome também resulta em marcas emocionais que, em muitos casos, podem influenciar significativamente na relação do sujeito com o alimento, memórias essas que podem ser obstáculos, por exemplo, para orientações nutricionais:

Um dia uma mulher falou pra mim: (ela é diabética) “Filha, o doutor falou pra eu tirar tudo, não coma isso, não coma aquilo, também não coma aquele outro”. “Quando eu era pobre (ela fala), eu não comia porque não tinha dinheiro, passava fome! Hoje que eu estou aposentada vou deixar de comer isso se tenho meu dinheirinho?” (ACS4b).

O olhar integral da Bioética é crucial para o entendimento de tal relutância da pessoa que vive tal situação no enfrentamento de uma dieta restritiva. Neste sentido, a atenção às dimensões sociais, psicológicas e físicas vivenciadas, o respeito pela complexidade da vida e, ainda a consideração da corporeidade como reflexo da dor sentida pela fome, devem ser considerados não só como resultantes de vulnerabilidades, mas, também como pontos referenciais que embasem e ponderem qualquer ação interventiva (Garrafa & Porto, 2002; Porto & Garrafa, 2005).

A expressão “trabalha dado” encontrada nos relatos do quadro de resultados (Quadro 1) faz referência ao processo de um indivíduo trabalhar e não receber nenhuma forma de pagamento em troca, o que é apontado como uma prática comum no contexto dos entrevistados. Além da miséria, o mercado aspirante à lucratividade traz situações de exploração de emprego

consequente da grande procura e insuficientes possibilidades, por serem “mercadorias baratas”, a realidade de alguns trabalhadores pode ser pior que a dos antigos escravos (Cabral, 2011).

Josué de Castro pode ser citado como um dos intelectuais brasileiros que mais se envolveu com a deplorável realidade da fome e suas repercussões sociais. Já no ano de 1930, exaltava a amplitude e multidisciplinaridade da fome como um problema social, econômico, político e também biológico, mas que muito advém das deploráveis atitudes humanas (Santos, 2011).

4.1.3 Compadecimento e solidariedade advindos da comunidade como meio de combate às dificuldades de acesso aos alimentos

Se por um lado ainda existem episódios decorrentes de condutas humanas intensamente exploratórias, responsáveis pela manutenção da miséria, da fome e de outras injustiças, por outro lado encontramos relatos que apresentaram o oposto, demonstrações de sentimentos e ações benevolentes, onde é possível constatar a preocupação que o ACS apresenta com as famílias em situações de vulnerabilidade social.

O envolvimento com os indivíduos e suas famílias faz do cuidado intrínseco à atuação dos ACS. A ética do cuidado na perspectiva feminina exposta por Carol Gilligan (1998) apud Zoboli (2010), ao distinguir as vozes femininas e masculinas acredita que o ato de cuidar aproxima-se do universo moral feminino. Para Zoboli (2004, p.27) o cuidado pode ser apresentado como “uma cativante emoção ou ideia [...] apoiando sua visão da condição humana na capacidade das pessoas importarem-se com os outros, com as coisas, com a comunidade, com uma trajetória de vida ou consigo próprias”.

Explicitações que comprovam que o campo e modo de trabalho das ESF motivam reflexões e deliberações bioéticas consequentes da complexidade do atendimento (Zoboli & Fortes, 2004). A união da comunidade ecoa nos relatos relacionados às recorrentes ações emergenciais de combate à escassez de alimentos, união esta que acaba se tornando uma aliada na tentativa de estreitar discrepâncias e lutar pela efetivação do direito à alimentação.

A solidariedade, por meio de ações voluntárias, auxilia grande parte dos habitantes locais que se encontram em situação de exclusão (Selli et al., 2005). Sendo assim, Hossne e Silva (2013) a considera como um dos referenciais indispensáveis à discussão bioética e, ainda expõe:

[...] a solidariedade não é assunto de especialista, nem objeto de investigação teórica, mas o apelo sempre presente na relação que se tem com a fragilidade humana – tanto nas situações determinadas em que as carências se manifestam de modo imediato, quanto nas relações cotidianas com os semelhantes (Hossne & Silva, 2013, p. 153).

Nesse contexto, a solidariedade transfigura-se imprescindível, possibilitando o agir para além de interesses particulares, mas nas necessidades de um grupo (Cortina, 2005). Desde a “ação cidadania” liderada por Betinho em 1993, a solidariedade é apresentada como um valor indispensável na luta contra a miséria e a fome e pela vida (Vasconcelos, 2004). Vale a ressalva de que a solidariedade dos trabalhadores entrevistados tem sua função na sociedade, entretanto não isenta as instituições públicas de seus deveres de proteção social, principalmente dos mais vulneráveis.

4.2 Complexidade e multidimensionalidade da insegurança alimentar

Visto que a segurança alimentar abrange, entre outros aspectos as condições de acesso a alimentos, a promoção da saúde, nutrição e alimentação da população e a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis para produção, comercialização e consumo de alimentos (Brasil, 2006), percebe-se a profundidade e riqueza da temática e a necessidade de explorar pontos sensíveis ao analisar o trabalho realizado pelos ACS em buscar possibilidades para a população.

4.2.1 Manobras realizadas pela população em busca a efetivação do acesso aos alimentos

De acordo com o exposto nos discursos dos participantes, podemos considerar algumas manobras realizadas pela população resultante do instinto de sobrevivência. Trata-se de caminhos possíveis em prol do direito à alimentação, onde indivíduos criam meios para se alimentar:

Às vezes eles têm mania sabe do que? De pedir aqueles restos do açougue. Após tirar toda a carne fica só o osso [...] tem bastante gente que vai pedir o osso pra fazer um cozidão pra poder servir (ACS4b)

O “cozidão” relatado serve de “sustância”, como referido pelos ACS, e por hora ocupa o lugar da carne, muitas vezes ausente da alimentação das famílias mais carentes. Desta maneira, muitos acabam resistindo à fome, mas não ficam livres da má nutrição. Esta última caracterizada como “fome invisível”, associada à carência de vitaminas e minerais que pode se fazer presente em um indivíduo de peso e estatura dentro dos parâmetros adequados (Ziegler, 2013).

Conforme relatos dos participantes, há algumas situações de escambo, onde os indivíduos trocam roupas por alimentos, especialmente para satisfazer as vontades das crianças e, em outros momentos, como único meio de aquisição de alimentos. Neste contexto, é possível dizer que o alimento deixa de ser um meio de possível sociabilidade e passa a ser determinante de exclusão (Saglio-Yatzimirsky, 2006) ao distanciar indivíduos e famílias de suas necessidades básicas, indispensáveis à sobrevivência.

4.2.2 Constrangimentos da população frente situações de escassez de alimentos

Em muitos momentos os ACS referiram dificuldade ao conquistar a confiança das famílias, no que tange a exposição de suas limitações e desafios referentes ao acesso aos alimentos, além do que há uma preocupação por parte dos próprios agentes ao abordarem o assunto em questão.

Os casos de falta de alimentos são perceptíveis, entretanto, raras são as pessoas que expõem os obstáculos aos ACS. O fato se dá pela “vergonha” da situação que vivenciam e isso advém de um conjunto complexo de variáveis. No sentido de ampliar a discussão sobre a pobreza, buscando contribuir com seu caráter multidimensional, Crespo & Gurovitz (2002), a partir de uma série de pesquisas realizadas com a população pobre, encontraram recorrente referência ao estigma que a miséria carrega e, mencionaram com frequência a vergonha que existe em pedir auxílio. Já Mautner (2003) relaciona a vergonha com algum tipo de incapacidade que se tem, algo diretamente relacionado à autoestima e que muitas vezes pode ser paralisante, tais referências justificam e reforçam ainda mais o peso emocional da resistência em falar aos ACS sobre as dificuldades de acesso aos alimentos.

A fome até meados do século XX era considerada tabu, um fato insuperável, nada podia ser feito contra ela, o silêncio imperava diante de um inimigo fatal. A teoria malthusiana tinha poder sobre a consciência ocidental, a qual considerava que a fome era um meio para redução do número de homens, e só assim evitar-se-ia uma catástrofe econômica final, portanto, uma espécie de seleção natural, onde se fazia necessário o morrer de fome (Ziegler, 2013). Contudo, após a Segunda Guerra Mundial abarcada pelos inúmeros horrores, houve o despertar da consciência europeia e a ideia malthusiana é enterrada.

Para que haja modos mais justos de manejo dessas questões é necessário fazer uma aproximação da realidade dos oprimidos (Cortina, 2005), portanto, é imprescindível o reconhecimento das limitações existentes no cotidiano de parte da população. Isso porque, o constrangimento torna-se, nesse aspecto, mais um obstáculo na tentativa do desenvolvimento de ações prudentes e justas.

4.2.3 Contextos familiares diretamente influentes na permanência da insegurança alimentar

Um dos aspectos relevantes originados dos relatos envolve o contexto da insuficiência de alimentos diretamente relacionados à figura masculina. Em vários diálogos foram observadas inseguranças causadas pelo absenteísmo, principalmente de cônjuges e companheiros, como fator promotor e contribuinte da insegurança alimentar e de tantas outras.

Conforme os relatos, o envolvimento com drogas e álcool influi na maneira de viver da população, fator que contribui ainda mais para o aumento das vulnerabilidades. No contexto deste município, problemas relacionados ao uso e abuso de substâncias, tráfico de entorpecentes, violência doméstica a mulheres e crianças, dentre outros são comuns de serem escutados nos serviços de saúde e assistência social.

Crespo e Gurovitz (2002) encontraram associação entre a violência consequente do consumo abusivo de álcool e drogas, frequentes em populações pobres. Vieira e colaboradores (2011) entrevistaram 504 mulheres de um município paulista, onde foi possível constatar que mais de um terço dessas haviam sido violentadas pelo parceiro e, na análise dos fatores determinantes de contexto, o álcool e as drogas consumidos por ambos, foram um dos pontos de partida. Mesmo não sendo a violência o foco desta pesquisa, esses relatos elucidam inseguranças que interferem no âmbito alimentar, o cenário turbulento dessas famílias reflete diretamente na aquisição de meios essenciais para sobrevivência digna, dentre eles a alimentação.

A miséria, o envolvimento com drogas e álcool, os casos de violência e a escassez de emprego, dentre outros problemas, são condicionantes ou determinantes de “vulnerabilidades circunstanciais que fragilizam injustamente vidas humanas”. Nesse sentido, “a tomada de consciência dos ACS pode contribuir como uma faísca inicial no despertar do empoderamento, emancipação e libertação dos próprios e, também, dos indivíduos que ali habitam” (Marques et al., 2016, p. 33).

No município em questão, as mulheres parecem tomar a frente quando o assunto é o sustento da casa. Dado comprovado pelo relatório dos “Objetivos do Milênio”, relacionado à igualdade de gênero. Um dos objetivos do milênio foi colocar a mulher à frente no mercado de trabalho, o que aconteceu na cidade pesquisada, o rendimento feminino em relação ao masculino foi muito superior, em número, um percentual de 102,7% (Portal ODM, 2010). Porém, esse é um dado objetivo que pode ser visualizado por diversas esferas, o fato é que em grande parte das famílias atendidas pelos ACS, somente as mulheres trabalham, na maioria dos casos sem registro, o que possibilita além de rendimentos extras a aquisição de benefícios assistenciais como o programa nacional de transferência de renda.

A pobreza e suas consequentes vulnerabilidades podem resultar no desenvolvimento de sobreviventes heterônomos, indivíduos desempoderados, em um ambiente com ausência de inquietação, o que os distancia de qualquer processo de emancipação. Pessoas tornam-se apáticas diante de uma sobrevida sem qualquer dignidade de viver (Freire, 2014).

Enfim, dadas as enormes e crescentes desigualdades sociais, é preciso desenvolver com urgência um clima ético favorável à proteção e amparo dos vulnerados ou desempoderados, que decorra no devido respeito aos seus direitos como cidadãos (Santos, 2014, p. 33).

A vulnerabilidade, seja como princípio, referencial ou situação de determinada população ou indivíduo, está inserida no campo na Bioética atual (Garrafa & Prado, 2001; Hossne, 2009; ONU, 1948), assim “deve ser necessariamente um referencial em toda e qualquer avaliação bioética, seja no campo das ciências da saúde (não apenas na área da pesquisa), das ciências da vida e do meio ambiente” (Hossne, 2009).

No bojo da Bioética há de se acentuar a atenção aos determinantes socioculturais, ambientais e antropológicos diretamente influentes na vida, no ambiente e na saúde das pessoas, isso porque, almeja-se uma discussão em torno dos contextos que os desencadeiam (Junges & Zoboli, 2012). Neste sentido, é indispensável compreender os obstáculos envolvidos no cenário que vivem os indivíduos, um entendimento avesso a qualquer sentimento semelhante à aporofobia. É necessário

compreender contextos e determinantes que influenciam na vida dos indivíduos para que não se corra o risco de culpabilizá-los pelas condições em que vivem.

5. Conclusão

Mediante a aproximação com as realidades do município por intermédio da visão dos ACS foi possível reafirmar a multidimensionalidade que envolve a (in)segurança alimentar, validando sua transdisciplinaridade. Deste modo, incorporou-se o contexto da segurança alimentar à integralidade e complexidade da vida humana através de uma perspectiva bioética.

A aproximação com obstáculos, histórias de vida, percepções, galgou uma nova visão sobre a temática da alimentação no município. Destarte, os referenciais da Bioética ocuparam papéis imprescindíveis para o alcance da transversalidade que a temática da alimentação requer. Em vistas à amplitude de fatores determinantes e resultantes que abarcam a temática da alimentação, a bioética mostrou-se um campo teórico-prático capaz de corresponder às demandas plurais envoltas no contexto da insegurança alimentar. Isso porque, a segurança alimentar não pode ser alcançada de maneira isolada, pois, o direito humano à alimentação é indiscutivelmente relacionado a outros direitos.

A fome como fato, contrapõe a ideia de que o Brasil se encontra fora do mapa da fome, bem como, exprime a necessidade de combater a insegurança alimentar muito além da oferta de alimentos e/ou de meios de obtenção de renda. É urgente o trabalho em prol do enfrentamento da opressão, do constrangimento e, das invalidações, que permeiam a pobreza. Nesse sentido, o incentivo à agricultura familiar, o diálogo e a aproximação das políticas sociais das reflexões da Bioética estão entre os pontos chave indiscutivelmente necessários para que seja possível estimular a todos os brasileiros uma luta efetiva contra a insegurança alimentar ao mesmo tempo em que possam manter a persistência para exercerem o papel de protagonistas de suas próprias vidas.

Agradecimentos

Essa pesquisa recebeu auxílio financeiro do CNPq, por meio da Chamada MCTI/CNPq N.º 14/2014, processo 444660/2014-3.

Referências

- ABAGRP. (2022). Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto. Uso das terras. <https://www.abagr.org.br/uso-das-terras>.
- Balthazar, R. (2022, March 29). Datafolha: A quantidade de comida em casa é insuficiente para 24% dos brasileiros. Folha de São Paulo.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo (T. L. A. R. e A. Pinheiro, Ed.; 3a reimpr.). Edições 70.
- Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006 (2006).
- Brasil. (2010). Relatórios de informações sociais: RI Segurança alimentar e nutricional.
- Burity, V., Franceschini, T., & Valente, F. (2010). Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.
- Cabral, C. A. (2011). Produção social da fome e do desemprego. Ou, questão agrária no capitalismo dependente. *Interdisciplinar - Revista Eletrônica Da Univar*, 5, 10–15.
- CONSEA. (2010). A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais.
- Cortina, A. (2005). *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. Edições Loyola.
- Cotta, R. M. M., Schott, M., Azeredo, C. M., Franceschini, S. do C. C., Priore, S. E., & Dias, G. (2006). Organização do trabalho e perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família: um desafio na reestruturação da atenção básica em saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 15(3), 7–18.
- Crespo, A. P. A., & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-Eletrônica*, 1(2), 1–12.

- Ferraz, L., & Aerts, D. R. G. de C. (2005). O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde no PSF em Porto Alegre. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 347–355.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra.
- Garrafa, V., & Porto, D. (2002). Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. *O Mundo Da Saúde*, 26(1), 6–15.
- Garrafa, V., & Prado, M. M. (2001). Mudanças na Declaração de Helsinki: fundamentalismo econômico, imperialismo ético e controle social. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6), 1489–1496.
- Hoffmann, R. (1995). Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, 9(24), 159–172.
- Hossne, W. S. (2009). Dos referenciais da Bioética - a vulnerabilidade. 3(1), 41–51.
- Hossne, W. S., & Silva, F. L. (2013). Dos referenciais da Bioética - a Solidariedade. *Revista Bioethikos-Centro Universitário São Camilo*, 7(2), 150–156.
- IBGE. (2012). *Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra*.
- IBGE. (2021). *Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida*.
- Junges, J. R. (2014). Bioética e Meio Ambiente num Contexto de América Latina. *Revista Redbioética/UNESCO*, 1(9), 13–19.
- Junges, J. R., & Selli, L. (2008). Bioethics and environment: a hermeneutic approach. *Journal International de Bioéthique*, 19(1), 103–119.
- Junges, J. R., & Zoboli, E. L. C. P. (2012). Bioética e saúde coletiva: convergências epistemológicas. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 17(4), 1049–1060.
- Lemos YS, Andrade RA, Paula A. Insegurança alimentar em tempos de Pandemia do Covid-19 no Brasil: Revisão de literatura. *Res Soc Dev*. 2022;11(9):1-20. doi: 10.33448/rsd-v11i9.31809
- Marques LB, Cunha TR da, Corradi-Perini C. Vulnerabilidade social e dignidade humana: um diálogo necessário no campo da bioética. *Rev Redbioética / UNESCO*. 2016;1(13):24-34. <http://revista.redbioeticaunesco.org>.
- Mautner, A. V. (2003). Vergonha. *Psicologia USP*, 14(2), 225–229.
- Moura L de A, Ferreira AMS, Alves IMM. Implicações da pandemia de COVID-19 para o agravamento da insegurança alimentar no Brasil. *Res Soc Dev*. 2021;10(12):e30101220150. doi:10.33448/rsd-v10i12.20150
- ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, (1948). <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- Orsatto GCS, Marques LB, Renk VE, Corradi-Perini C. Insegurança alimentar entre beneficiários de um programa de transferência de renda brasileiro: uma análise na perspectiva da bioética. *Rev Iberoam Bioética*. 2020;(14):01-13. doi:10.14422/rib.i14.y2020.003.
- Portal ODM. (2010). *Relatórios Dinâmicos. Monitoramento de indicadores*. [Http://www.Portalodm.Com.Br/Publicacoes-Por-Categoria/6/Relatorios](http://www.portalodm.com.br/publicacoes-por-categoria/6/relatorios).
- Porto, D., & Garrafa, V. (2005). Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. *Revista Bioética*, 13(1), 111–123.
- Rodrigues M da S, Landim LA dos SR. (In) segurança alimentar e nutricional nos tempos de pandemia da COVID-19 : desafios e fome. *Res Soc Dev*. 2022;11(9):1-10. doi:10.33448/rsd-v11i9.31304
- Saglio-Yatzimirsky, M.C. (2006). A comida dos favelados. *Estudos Avançados*, 20(58), 123–132.
- Santos, I. L. dos. (2014). *A (bio) ética universal na obra de Paulo Freire [Tese de doutorado]*. Universidade de Brasília.
- Santos, K. H. dos. (2011). Josué de Castro: Fome e repercussões sociais. *Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas*, X(11), 59–89.
- Selli, L., Garrafa, V., & Meneghel, S. N. (2005). Bioética, solidariedade, voluntariado e saúde coletiva: notas para discussão. *Revista Bioética*, 13(1), 53–64.
- Silva, A. T. C. da, & Menezes, P. R. (2008). Esgotamento profissional e transtornos mentais comuns em agentes comunitários de saúde. *Revista Saúde Pública*, 42(5), 921–929.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- Vasconcelos, F. de A. G. (2004). Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 11(2), 259–277.
- Vieira, E. M., Perdon, G. da S. C., & Santos, M. A. (2011). Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 45(4), 730–737.
- Ziegler, J. (2013). *Destrução Em Massa. Geopolítica da fome (1st ed.)*. cortez.
- Zoboli, E. L. C. P. (2004). A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. *Revista Da Escola de Enfermagem USP*, 38(1), 21–27.
- Zoboli, E. L. C. P. (2010). Intersubjetividade e cuidado. In L. Pessini, W. S. Hossne, & J. E. de Siqueira (Eds.), *Bioética em tempos de incertezas* (pp. 357–373). Centro Universitário São Camilo.
- Zoboli, E. L. C. P., & Fortes, P. A. de C. (2004). Bioética e atenção básica: um perfil dos problemas éticos vividos por enfermeiros e médicos do Programa Saúde da Família, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(6), 1690–1699.